



Informe RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

**AGENDA DA SEMANA
CONGRESSO NACIONAL**

Semana 11/11 a 14/11/2024

Sistema CNDL





Cenário

Devido ao feriado de Proclamação da República na sexta-feira (15), o Congresso Nacional deverá ter uma semana movimentada após a pausa da última semana para as reuniões da cúpula do P20.

A prioridade do governo no Senado Federal, será a deliberação do projeto que regula emendas parlamentares, pautado para deliberação em Plenário nesta quarta-feira. Além disso, a apreciação do PL 182/2024, sobre a regulamentação do Mercado de Carbono, que foi adiada na última semana, está prevista para esta terça-feira (12). Nas comissões, a CCJ retoma o calendário de audiências públicas sobre a regulamentação da Reforma Tributária. As reuniões desta semana, programadas de 12 a 14 de novembro, abordarão temas como infraestrutura, setor imobiliário, regimes específicos de tributação, *split payment* e saúde.

Já na Comissão Temporária Interna sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA) do Senado, que tem o prazo para o encerramento previsto para esta quinta-feira (14).

Apesar do prazo, ainda não há previsão de agendamento de reunião para a apresentação de relatório e deliberação do PL 2338/2023. A expectativa é que a comissão seja prorrogada por mais alguns dias, para que o relator, sen. Eduardo Gomes (PL/TO), possa finalizar o texto.

Na Câmara dos Deputados, a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, será recebida para prestar esclarecimentos sobre o orçamento do Ministério da Saúde.

Outro tema em destaque é a PEC que propõe o fim da escala de trabalho 6x1, cujo apoio cresceu nas redes sociais, com o número de assinaturas subindo de 70 na sexta-feira (8) para 95 até domingo (11). A CNDL, informa que está acompanhando de perto o tema e como principal entidade representativa do varejo no Brasil, acompanha com preocupação o avanço do assunto e se mobilizará em defesa do setor em conjunto com a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços (FCS). É certo que a contratação de mão de obra no Comércio é assunto de extrema importância e atenção, cabendo o debate técnico durante a tramitação das matérias legislativas no devido âmbito de competência: o Congresso Nacional.

Por fim, no começo desta semana, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizará audiência pública sobre os impactos das apostas online no Brasil.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



TERÇA-FEIRA (12)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC) –

PLP 319/2016 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de estabelecer reajuste anual dos limites de aplicação do Simples Nacional.

Relator: Rodrigo Valadares (UNIÃO-SE)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO-SE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com a Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.

Posicionamento: Favorável



QUARTA-FEIRA (13)

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT) | 10h

PLP 176/2019 - Revoga o art. 13, § 1º, "g", 2, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para retirar a previsão legal de antecipação do recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS, sem encerramento da tributação, para empresas optantes pelo Simples Nacional.





PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Relatora: Laura Carneiro (PSD-RJ)

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer FCS.

PDL 175/2023 - Susta a Solução de Consulta Interna no 107, de 2023 - COSIT, da Receita Federal, que dispõe sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, Contribuição para o PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 1009/2024 - Dispõe sobre os incentivos e benefícios fiscais ou financeiro fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, sob a forma de crédito presumido ou outra forma de redução do imposto a pagar após a sua apuração.

Relator: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP)



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer FCS

PL 4512/2020 - Altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre medidas de proteção à concorrência, à inclusão financeira, à inovação e à diversidade dos modelos de negócios das instituições de pagamento e dos arranjos de pagamento

Relator: Gilberto Abramo (REPUBLIC-MG)

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer FCS

COMISSÃO DE TRABALHO (CTRAB)

10h

PL 3899/2008 - Altera a redação do § 2º do art. 137 da CLT, para dispor sobre a base de cálculo da pena devida pela não-concessão das férias no prazo legal.

Relatora: Erika Kokay (PT-DF)

Relatório: Parecer da Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação deste, e dos Projetos de Lei nºs 2.404/22 e 326/24, apensados, com substitutivo.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)





PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 2907/2022 - Cria o Programa de Incentivo de Retorno ao Mercado de Trabalho.

Relatora: Duarte Jr. (PSB-MA)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Duarte Jr. (PSB-MA), pela aprovação.

Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 1663/2023 - Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), buscando garantir que a legislação esteja sempre atualizada, principalmente em face da Constituição Federal de 1988,

Relator: Ossesio Silva (REPUBLIC-PE)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Ossesio Silva (REPUBLIC-PE), pela aprovação, com substitutivo.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) - 14h

REQ 52/2024 CDC - Requer o aditamento ao Requerimento 52/2023 – CDC, de autoria do Deputado Gilson Marques, para inclusão de convidado na realização de audiência pública para debater o PL





PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

494/2021, que acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.

Posicionamento: Acompanhar (FCS)

PL 436/2021 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndolas específica para a exposição à venda de matérias perfuro cortantes para fins em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimento similares.

Relator: Gilson Daniel (PODE-ES)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Gilson Daniel (PODE-ES), pela aprovação deste e dos PLs 3274/2023 e 3430/2023, apensados, com substitutivo.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)





PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1954/2022 - Dispõe sobre o tempo como bem de valor jurídico essencial para o exercício dos direitos da personalidade, devendo ser considerado para fins de reparação integral dos danos ao consumidor.

Relator: Vinicius Carvalho (REPUBLIC-SP)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Vinicius Carvalho (REPUBLIC-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

PL 5755/2023 - Obriga a fixação em braile das informações contidas nas prateleiras e gôndolas de padarias, supermercados, farmácias, estabelecimentos comerciais e similares para atender pessoas com deficiência visual.

Relator: Gilson Marques (NOVO-SC)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Gilson Marques (NOVO-SC), pela rejeição.

Posicionamento: Contrário ao projeto favorável ao parecer (FCS)





PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 859/2024 - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor

Relator: Celso Russomanno (REPUBLIC-SP)

Relatório: Parecer do Relator, Dep. Celso Russomanno (REPUBLIC-SP), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2024 da CDC, com substitutivo.

Posicionamento: Contrário ao projeto e ao parecer (FCS)

REQ 39/2024 - Do dep. Vinicius Carvalho (REP/SP), A exemplo do que foi realizado por outras Comissões Permanentes, submete ao Plenário desta Comissão, requerimento para a declaração de Prejudicialidade dos Projetos de Lei enumerados, relacionados à COVID-19 em tramitação neste Colegiado. O requerimento é acessório do PL 1542/2020, que dispõe sobre a suspensão, pelo prazo que menciona, do ajuste anual dos preços de medicamentos e dos planos e seguros privados de assistência à saúde.



PAUTA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQ 55/2024 - Do dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO), que requer o convite ao Exmo. Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para comparecer nesta Comissão e prestar esclarecimentos acerca da regulamentação das BETS e legalização de sites de apostas online, além de ações pretendidas pela pasta.

PL 4756/2023 - Do dep. Fausto Santos Jr. (UNIÃO/AM), que proíbe a cobrança da fatura de energia elétrica através de protesto em cartório antes de decorridos 90 (noventa) dias de atraso do pagamento. O parecer da relatora, Dep. Gisela Simona (UNIÃO/MT), é pela aprovação com substitutivo.

Posicionamento: Favorável

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

16h30 - Audiência pública com o tema panorama atual da exploração ilegal de jogos online e adequação do atual sistema regulatório e repressor.





PAUTA DO SENADO FEDERAL



TERÇA-FEIRA (12)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) Audiências Públicas

Destinada a instruir o projeto de lei complementar nº 68, de 2024, que "institui o imposto sobre bens e serviços (IBS), a contribuição social sobre bens e serviços (CBS) e o imposto seletivo (IS); e dá outras providências".

10h - Tema: A reforma sobre o setor da saúde

14h30 - Regime aplicável aos serviços financeiros, incluindo concursos de prognósticos e split payment".

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE) – 10h

PL 4437/2021 - Altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, para estabelecer o direito ao empreendedorismo do jovem.





PAUTA DO SENADO FEDERAL



TERÇA-FEIRA (12)

Relatora: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao PL 4437/2021, e pela prejudicialidade do PL 4269/2021.

Posicionamento: Favorável ao projeto e ao parecer (FCS)



QUARTA-FEIRA (13)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) Audiência Pública

Destinada a instruir o projeto de lei complementar nº 68, de 2024, que "institui o imposto sobre bens e serviços (IBS), a contribuição social sobre bens e serviços (CBS) e o imposto seletivo (IS); e dá outras providências".

14h30 - Lidará com os dispositivos que tratam dos demais regimes específicos".

Convidado:

Sr. Paulo Solmucci Júnior - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL)





PAUTA DO SENADO FEDERAL



QUINTA-FEIRA (14)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) Audiência Pública

Destinada a instruir o projeto de lei complementar n° 68, de 2024, que "institui o imposto sobre bens e serviços (IBS), a contribuição social sobre bens e serviços (CBS) e o imposto seletivo (IS); e dá outras providências".

10h00 - Infraestrutura e ao setor imobiliário



AGENDA PODER JUDICIÁRIO



SEGUNDA-FEIRA (11)

Supremo Tribunal Federal (STF)

10h - Audiência pública sobre impactos das apostas online (bets) no Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizará audiência pública sobre os impactos das apostas online no Brasil. A audiência foi convocada pelo ministro Luiz Fux, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7721, na qual a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) pede que a Lei das Bets (Lei 14.790/2023) seja declarada inconstitucional pela suprema corte. A audiência será realizada em dois dias, 11 e 12/11.



Informe

RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais



AGENDA DA SEMANA ESTADOS

Semana 11/11 a 14/11/2024

Sistema CNDL





TERÇA-FEIRA (12)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA

17h30 - Lançamento da Frente Parlamentar de Apoio ao Microcrédito e às Microfinanças

Local: Centro serra Convention Center.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

PL 2701/2024 - Do dep. Arnaldo Silva (UNIÃO), que dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras informarem por escrito os motivos de negativa de abertura de conta. A relatoria é do dep. Charles Santos que ainda não emitiu o parecer.

Local: CCJ – 9h30



QUINTA-FEIRA (14)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PLC 7/2023 - Do dep. Gabriel Magno (PT), adequa o Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor, criado pela Lei Complementar nº 50, de 23 de dezembro de 1997, para garantir o mínimo existencial aos superendividados. O parecer do relator, dep. Iolando (MDB), é pela aprovação da matéria com emenda modificativa.

Local: CDC – 10h00





Informe

RIG

Relações
Institucionais e
Governamentais

**AGENDA DA SEMANA
CONGRESSO NACIONAL**

Semana 11/11 a 14/11/2024

Sistema CNDL

